

Contas públicas Rearranjo

# Previdência e benefício continuado elevam projeção de déficit do governo

— Equipe econômica estima rombo em R\$ 28,8 bilhões, valor no limite do intervalo da meta fiscal; contenção de R\$ 15 bilhões em despesas do Orçamento é confirmada

MARIANA CARNEIRO  
ALVARO GRIBEL  
BRASÍLIA

Depois de anunciar um congelamento de despesas de R\$ 15 bilhões na última semana, o governo federal piorou ontem a projeção de déficit para 2024. Agora, a estimativa é de que as contas públicas fechem o ano no vermelho em R\$ 28,8 bilhões – no piso do intervalo de tolerância da meta fiscal (o centro da meta seria déficit zero). O alvo perseguido pelo governo tem uma margem de to-

lerância de 0,25% do PIB, para cima e para baixo. O déficit de R\$ 28,8 bilhões, portanto, é o limite inferior para o seu cumprimento.

As despesas primárias foram revistas para cima em R\$ 20,7 bilhões, enquanto as receitas foram cortadas em R\$ 6,4 bilhões. Sem o contingenciamento da última semana, de R\$ 3,8 bilhões (também houve bloqueios de R\$ 11,2 bilhões), o déficit estimado seria de R\$ 32,6 bilhões – o que levaria ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com o corte, a equipe econômi-

ca mirou o piso da banda permitido pela legislação.

Pelo lado das despesas, os gastos obrigatórios foram revis-

tados para cima em R\$ 29 bilhões,

**Nova estimativa  
Despesas foram revistas  
para cima em R\$ 20,7 bi,  
enquanto as receitas  
cortadas em R\$ 6,4 bi**

enquanto os discricionários – não obrigatórios, como custeio e investimentos – foram revis-

lhões. A principal mudança aconteceu com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que saltou R\$ 6,4 bilhões. Logo em seguida, vieram as despesas com a Previdência, com mais R\$ 4,9 bilhões.

“O bloqueio realizado nas despesas discricionárias, de R\$ 8,3 bilhões, ocorre em função do aumento dos gastos obrigatórios”, afirmou o secretário adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Clayton Luiz Montes.

Também houve aumento de R\$ 1 bilhão na projeção de despesas com pessoal e encargos

sociais, de R\$ 800 milhões em complementação do Fundeb e de R\$ 100 milhões com o programa Proagro. Em créditos extraordinários, houve aumento de R\$ 14,2 bilhões, em virtude das medidas de socorro ao Rio Grande do Sul. Essa despesa, contudo, não é contabilizada no cumprimento da meta.

**AVALIAÇÃO.** Na visão da equipe econômica, os gastos continuam controlados, em 19,4% do PIB – pouco acima da média de 19,2% do PIB, entre 2015 e 2023, excluindo o ano de 2020, da pandemia. “Quando a gente olha a evolução das despesas primárias, no valor total, ao longo dos anos, na série histórica, vemos que ela se mantém sob controle, no patamar de 19,4% do PIB. A média é de 19,2% do PIB”, disse Montes.

“Qualquer resultado dentro da banda significa sim o cumprimento da meta, ainda que seja no limite da banda”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1